
HISTÓRIA SOCIAL DA PESCA E DA MODERNIZAÇÃO ESPACIAL DO RIO DE JANEIRO: A ÁRDUA TAREFA DE PERIODIZAR EVENTOS

Social history of fishing and of Rio de Janeiro territorial modernization: the hard task of periodising the events

Catia Antonia da Silva

Professora Adjunta do Departamento de Geografia – FFP/UERJ

catia.antonio@gmail.com

Artigo recebido em 01/10/2014 e aceito para publicação em 19/02/2015

DOI: [10.12957/tamoios.2015.13110](https://doi.org/10.12957/tamoios.2015.13110)

Resumo

Relacionar a pesca artesanal e a modernização fluminense constitui uma tarefa assaz difícil que se deve continuar realizando no estudo da problemática do tempo presente, hoje que a modernização industrial toma vulto e cada vez menores ficam os espaços onde os pescadores artesanais podem exercer o seu ofício ao longo do litoral da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Muito releva elucidar os antecedentes históricos e as principais fases dessa modernização, assim como os profundos efeitos que ela tem tido sobre a pesca artesanal, com o que se podem compreender melhor os conflitos entre as duas, os quais, posto não sejam novos, atualmente assumem novas feições. Este artigo pondera três períodos: os fins do século XVII, quando a pesca da baleia produziu consequências especialmente importantes; as décadas de 1940 e 1960, de distintas fases da industrialização fluminense; e os anos de 2000 a 2013, na fase mais recente do desenvolvimento industrial do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: pesca, urbano, modernização, espaço fluminense, desenvolvimento.

Abstract

To relate artisanal fishing and the Rio de Janeiro modernisation is a highly difficult task which should be continued in studying the problem of present time history, now that industrial modernisation increases and the spaces become progressively narrower in which artisanal fishers can do their work along the coast of the Rio de Janeiro Metropolis. It is very important to clarify the historical background to and the main phases of such modernisation, as well as the profound effects it has had on artisanal fishing, a clarification capable of making it possible to better understand the conflicts which occur between them and which, though not being new, do take on new forms nowadays. This article examines three periods: the end of the 17th century, when whaling led to particularly significant consequences; the 1940s and 1960s, of different phases in the industrialisation of the state of Rio de Janeiro; and the years from 2000 to 2013, in the state's most recent phase of industrial development.

Keywords: fishing, urban, modernisation, Rio de Janeiro State's space, development.

HISTÓRIA SOCIAL DA PESCA E DA MODERNIZAÇÃO ESPACIAL DO RIO DE JANEIRO: A ÁRDUA TAREFA DE PERIODIZAR OS EVENTOS

Enfim, estamos presenciando uma estranha defasagem entre as preocupações políticas dos historiadores, no sentido de uma ênfase renovada na história mundial, associada a um esforço para repensar as grandes narrativas macro-históricas e as tendências principais, no sentido metodológico, em torno da nova história cultural e sua ênfase nas abordagens antropológicas e micro-históricas. (Weinstein, 2003, p. 197)

APRESENTAÇÃO

Os coletores e pescadores, em geral, são donos dos meios de produção e realizam a extração de pescado ou coleta de mariscos e caranguejos. Trata-se de uma forma de trabalho e de economia muito antiga, primária que se remonta ao período colonial e se realiza por meio de circuito produtivo que envolve a atividade de produção de redes, da embarcação, técnicas de pescar e de maricultura, além da venda a atacado e a varejo nos setores de comércio urbano. No Rio de Janeiro, os trabalhadores vivem, em geral, em condições de muita pobreza devido à estrutura precária de sua economia e devido à deterioração das condições ambientais (poluição das águas das baías e dos rios causada pela industrialização e pela deficiência do saneamento básico) e à redução das áreas de pesca (embarque-desembarque), de navegação e as áreas tradicionais de comunidade de pescadores e de venda de pescado por causa da pressão de ocupação urbana e da modernização espacial feita pelos grandes empreendedores industriais e pelo crescimento de domicílios residenciais.

O presente trabalho tem como finalidade analisar três marcos de periodização referente a relação entre pesca e modernização do espaço do Rio de Janeiro, identificando conflitos de usos e a problemática da pesca artesanal no urbano do Rio de Janeiro, averiguando a condição de trabalho do pescador artesanal na Baía de Guanabara, averiguando a relação com a vida urbana e pós década de 1960, com a experiência metropolitana.

Desse modo, identificamos no período final do XVII, a migração de pescadores de baleias que atuavam na atual cidade do Rio de Janeiro, Baía de Guanabara, com a crise dos usos migraram para a região de Cabo Frio. O segundo período 1940-1970 – século XX - é demarcado pela presença dos pescadores do Caju, maioria portuguesa, que, nas décadas de 1940 e 1950, eles

trouxeram novas técnicas e experimentaram nos anos 1970 a presença de modernizações as quais limitaram seu espaço de pesca. E o período recente século XXI, entre 2000 e 2013 com a nova intensificação de modernizações na Baía de Guanabara, Baía de Sepetiba e região oceânica das áreas metropolitanas fluminense. Antes das considerações finais, elaboramos uma seção para explicar a dimensão institucional da pesca e as contradições dessa normatização sob o controle do Estado.

A DIFÍCIL HISTORICIDADE DA PESCA NO RIO DE JANEIRO

A não linearidade da história social, a não causalidade única para a explicação dos fenômenos demonstraram a difícil compreensão das historicidades das mudanças e das permanências e sobre processos modernização nas localidades de pescadores artesanais, impactando a história dos lugares. Seu querer aprofundar aqui o debate do que é história social, nos apropriamos de conceitos tais como: historicidades, periodização, espaço e modernização com a finalidade de explicar três momentos, diacrônicos, de lugares que detinham e detém da arte da pesca artesanal como trabalho, economia e cultura. Trata-se de um grupo social, que como toda análise dos subalternos e de grupos de pouca expressão social, não faziam parte da produção historiográfica da História. Bem como ensina Weinstein (2003). Marc Bloch e outros autores da *Escola de Annales* fizeram a tentativa de estudar o cotidiano (Cardoso & Vainfas, 1997). No entanto, é Thompson (1995), na perspectiva de análise do capitalismo e das formas de exploração da classe trabalhadora que elabora narrativas analíticas que permite ver as táticas e estratégias de ação dos trabalhadores ingleses, contribuindo assim para a compreensão da história dos sujeitos sociais populares. Geertz (1973), de vertente da Antropologia simbólica trouxe contribuições para a reflexão sobre a cultura para pensar o social, conforme analisa Weinstein (2003).

“(…) Geertz, com sua “descrição densa”, derivada da antropologia simbólica, insistia que toda atividade social transparece dentro de uma rede de significações, e os símbolos/textos devem ser lidos e interpretados no seu próprio contexto, usando a lógica interna do sistema local. Obviamente, a “explicação” fazia parte do projeto geertziano e, nas próprias palavras dele: “vou atrás de explicação, interpretando expressões sociais que são, na sua superfície, enigmáticas”. Ao mesmo tempo, ele fazia uma distinção entre explicação como interpretação e a enumeração de causas gerais: Segundo Geertz, “cultura não é um poder, não é algo ao qual acontecimentos sociais, comportamentos, instituições, ou processos podem ser causalmente atribuídos; é um contexto, algo dentro do qual esses podem ser inteligivelmente — aliás, ‘densamente’—descritos” (idem, 188).

Com a influencia dessa antropologia e de outras vertentes da história, o historiador passou a valorizar não somente os processos estruturais de longa duração, mas também, na busca da história do cotidiano, a valorização de método da micro-história e da história oral vêm permitindo a renovação da história social, valorizando a micro análise e as oralidades na construção da memória, da representação e da identidade (REVEL, 1993).

Acrescentaríamos ao debate dos historiadores a problemática do território. Território como conceito geográfico, já produzido por Ratzel (1990) no século XIX, o território como domínio e poder do Estado, mas recentemente vem ganhando novos elementos e novos sujeitos sociais e é analisado para compreender o uso e conflitos de uso do espaço (Santos, 1996). Busca-se, ainda, compreender as dimensões simbólicas que ressignificam o conceito de território para explicá-los a partir da territorialidade dos sujeitos sociais (Haesbaert, 2006).

Na tentativa de consolidar área de concentração História social do território, do Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, vem construindo o debate entre território, relações de poder, movimentos sociais, representações, memória e mais recentemente o ensino de História. Esta área de concentração está aberta ao diálogo sobre história social e território, permitindo, portanto, uma reflexão interdisciplinar entre História, Geografia, Antropologia e Sociologia. A análise mais estreita entre História a Geografia, poderíamos apontar a análise sobre as rugosidades e a relação entre periodização das técnicas e os eventos, na obra do geógrafo Milton Santos (1996). Desse modo, para nós, tanto é importante a micro-história, quanto à história como longa duração, conforme ensina Braudel (1969), composta por eventos e inter-relação entre eventos (Santos, 1996).

Nos limites desse artigo, Santos define as rugosidades como formas produzidas num determinado contexto histórico ou numa determinado predomínio de uma formação econômica e socioespacial, que modificam as funções e superam as formações e contextos históricos, mas as formas (arquitetônicas, culturais) permanecem como rugas, marcas de tempos pretéritos. A pesca artesanal, suas localidades, técnicas e embarcações, em contextos urbano-metropolitanos, são rugosidades, que só pelo fato de existirem, impõem-se como formas de resistência às pressões e formas de modernização que varrem as histórias dos lugares. Outra importante contribuição do autor é o estudo das periodizações dos eventos.

Para Santos (1996), eventos referem-se aos acontecimentos da natureza e acontecimentos

humanos. Importando à Geografia Humana a compreensão dos eventos causados pela ação social, que necessita identificar os agentes, as intencionalidades e os impactos.

Analisa o autor:

“Segundo a admirável expressão de Leslie Paul (1961, 125) o evento é “uma gota de existência” e “repete no microcosmo o que o universo e no macrocosmo”. Daí a lição de G. Simmel (1980), p131) para quem somente a totalidade dos eventos permite entender um evento individual. Os eventos são individuais, mas não há eventos isolados. Eles são inter-relacionados e interdependentes e é nessas condições que participam de situações.

Na realidade, somente há situações porque os eventos se sucedem, ao mesmo tempo em que se superpõem e interdependem.” (Santos, 1996, p. 130)

Desse modo, reconhece que os eventos são a materialização do tempo-mudança, ou do tempo-ruptura no contexto dos lugares. Os eventos podem parecer pontuais e/ou isolados, mas não são. A interdependência dos eventos relaciona-se na relação entre o global e o local, entre o tempo do presente e o tempo de longa duração (tempo pretéritos).

A orientação teórico-conceitual e metodológico proposta por Milton Santos e pela historiografia contemporânea (micro-história, história social da cultura) nos ajuda a embasar a nossa reflexão sobre o processo de modernização em períodos diferentes no que se referem ao contexto político e econômico, pois o período colonial tem uma formação econômica e política diferente ao contexto de 1940-70 e de 2000-2013. Nestes dois últimos períodos, a modernização não se refere ao contexto da colônia portuguesa e do mercantilismo, está vinculada ao contexto da mundialização da economia, demarcada por impulsos globais em dois contextos dos anos 40-70 do século XX.

O período 1940-1960 foi de pujança, marcado pelos desenvolvimentismos da era Vargas e JK, com fortes ações de intervenção urbana e de organização da estrutura industrial no Sudeste, destacando São Paulo e Rio de Janeiro. Entre 1964-1982, o predomínio do planejamento territorial da ditadura militar, configura outra fase desenvolvimentista do país. Os anos seguintes são marcados pela crise na economia brasileira na segunda metade dos anos 1970, e nas décadas 1980 e 1990 (Silva, 2002).

Já as décadas de 2000 e 2010 caracterizam por ampliação do PIB nacional e de chegada de investimentos diante de um novo contexto econômico brasileiro. No Rio de Janeiro, isso

representa novos impulsos modernizadores, conforme veremos mais adiante.

Desse modo, antes de finalizarmos esta seção, fundamental explicitar a concepção de modernização que estamos trabalhando como referencia teórica e conceitual. Concordamos com a concepção de modernização de Soja (1992) e Harvey (1992), em que modernização é processo de imposição econômico, político, cultural e espacial, produzindo ambiente da modernidade (Ribeiro, 2013). No contexto dos países da América Latina, África e parte da Ásia, essa modernização aparece como modernização incompleta ou modernização excludente, por não permitir o acesso pleno as condições de melhorias de vida a toda a população. Pelo contrário, muitas vezes a modernização tem aprofundado desigualdades sociais e espaciais, aprofunda exclusão, violência e periferização (Ianni, 1992; Ribeiro, 2005, 2013, Latouche 1996, 2004). As três periodizações contribui para identificar processos de modernização e impactos na pesca artesanal analisados na seção seguinte, apresentando contextos históricos, sociais e econômicos diferentes. No entanto, a modernização é o eixo do debate e do entendimento da produção social do espaço, intensificando mudanças de configurações espaciais, tornando-se assim o vetor de ligação entre eventos aparentemente isolados no tempo e no espaço.

PESCA NO RIO DE JANEIRO DOS SÉCULOS XVI E XVII

De acordo com a historiadora Mariza Soares, a pesca nos séculos XVI e XVII vivia na ‘zonas de sombra’ junto com os produtos agrícolas de menor prestígio no conjunto da economia colonial, mas que possuíam vital importância para a configuração da colônia. Os produtos derivados das baleias (a carne e óleo de baleia) , o açúcar, a cachaça, o tabaco, o sal, os vinhos, os panos e a farinha eram produtos consumidos maciçamente pela população ultramarina (Dias, 2010, p.24).

No século XVII, o Rio de Janeiro foi ganhando importância no cenário político e econômico do Brasil a partir do governo de Salvador Correia de Sá e Benevides. Nos anos de 1658 a 1662, as capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e as demais ao sul foram separadas da autoridade dos governadores-gerais da Bahia, surgindo a unidade conhecida como a Repartição do Sul (Dias, 2010, p.24).

De acordo com Dias, o desenvolvimento da atividade baleeira no Rio de Janeiro amplia-se concomitantemente com progresso da capitania – atual cidade do Rio de Janeiro - como um todo. Já que a partir da segunda metade do século XVII, o Rio de Janeiro se tornou “centro

político-administrativo de domínio metropolitano sobre o Atlântico-Sul”. Segundo Dias, a historiadora Maria Fernanda Bicalho, no final do seiscentos a cidade do Rio de Janeiro assume importância e centralidade no Atlântico-Sul devido, principalmente, ao seu porto (Dias, 2010, p. 23-24).

A pesca que se destacava na literatura era a pesca de baleias, existente na Baía de Guanabara e depois avançou em direção ao Norte Fluminense, por dois motivos: A expansão do desenvolvimento do território fluminense para além do limite da capitania (atual cidade do Rio de Janeiro) e a redução da presença das baleias na Baía de Guanabara. Os pescadores baleiros migraram para outras áreas dentre elas, Cabo Frio e entorno.

Segundo Dias:

Com a descoberta de ouro na região das minas, o número de embarcações presentes na baía da Guanabara aumentou significativamente, gerando uma diminuição do número de cetáceos frequentando este litoral. A partir do ano de 1729, os investimentos na pesca das baleias já não se concentravam mais no entorno da Baía da Guanabara, mas em regiões mais afastadas do vai e vem dos navios que transportavam o ouro e os escravos africanos que trabalhavam nas minas. Neste período ocorre a construção da armação de Búzios, em Cabo Frio. O Rio de Janeiro não perde a sua importância nesta atividade, mas o eixo central deixa de ser a área principal da cidade e desloca-se para as regiões mais ao norte da capitania (Dias, 2010, p. 23).

Vale destacar neste período, a importância dos pescadores, enquanto armadores vinculados à pesca da baleia. Constituíam-se em contratadores com suas redes de sociabilidade que dinamizavam as relações de poder na América portuguesa. Realizavam estratégias de ascensão e manutenção sociais na sociedade de Antigo Regime português. Os contratadores da pesca das baleias eram vassallos do rei, e estavam sempre em busca da inserção em espaços de atuação colonial, situações em que pudessem se firmar como membros da elite local quando as colônias tinham na metrópole (Portugal) a sua referência política e ideológica (Dias, 2010, p. 24).

Interessante é a dificuldade de reconhecer na literatura estudos sobre pescadores artesanais, de origem indígena, negra e mestiça. Estes existiam mais ficavam à sombra da sociedade colonial, eram pouco interessantes aos intelectuais da época e a escrita de documentos não existiam visto a informalidade da vida coletiva mestiça e popular nos interstícios do urbano e do rural existentes no entorno do espaço colonial.

A PESCA NO TERRITÓRIO FLUMINENSE NAS DÉCADAS DE 1940-1970

O segundo marco da periodização, refere-se aos pescadores da baía de Guanabara, durante 1940-1970. Como são raras as referências bibliográficas dessa época, nos apoiamos ao estudo de Raquel Soeiro de Brito, historiadora portuguesa, que em Lisboa publicou o livro “Agricultores e pescadores portugueses na cidade do Rio de Janeiro”, editora: Lisboa Junta de Investigação do Ultramar (1960). No livro, existe o reconhecimento das técnicas de traineira, arrasto e tarrafa trazidas pelos pescadores portugueses. Ela destaca os pescadores da Quinta do Caju e realiza caracterização da vida cotidiana na relação com o espaço e com o trabalho.

Destaca:

“Toda costa da Baía de Guanabara é acidentada por várias enseadas e pontas, muitas formadas por morros e que se ligam ao continente por processos naturais de colmatagem ou por entulhamento artificial. Uma delas é a ponta do Caju, uma das extremidades a nordeste da cidade do Rio de Janeiro, ainda dentro de sua área. O extremo oriental da Ponta do Caju é formado por um morro rodeado por estreita faixa plana: o conjunto constitui a Quinta do Caju [...] onde se concentra a maior parte de pescadores da baía, e que pode dividir-se naturalmente em dois trechos: rua Circular e Morro.

A ocupação da Quinta é recente: data de cerca de cinquenta anos, mas com um aumento mais importante só de há uns vinte (Brito, 1960, p. 49).

No que se refere à produção de pescado, a autora analisa que as primeiras famílias que se fixaram na Quinta do Caju na Rua circular longe do morro, que ainda estava com cobertura vegetal e estes já se dedicavam a pesca desde o Século XVII. Inicialmente, havia cerca de quatro canoas, que utilizavam a rede de tarrafa para a pesca de camarão e um barco traineira, que ocupava com seis homens. Já moravam ali os portugueses pescadores, afirma a autora. A população foi se ampliando com a forte imigração, principalmente ocorrido nos anos 1950, quando segundo a autora, já haviam cinquenta traineiras (1956), deste somente seis pertenciam aos brasileiros, já haviam quase 90 canoas. Os pescadores ampliaram o tipo de pescado: além do camarão, a sardinha (com o uso da técnica do arrastão) e passaram a extrair outras espécies do mar. As outras localidades de pesca na baía de Guanabara foram se tornando áreas tradicionais de pescadores portugueses, podemos indicar: na cidade do Rio de Janeiro, destacava-se também as localidades da Ilha do Governador; nos municípios de São Gonçalo foram várias localidades criadas: Gradim, Porto velho, Porto novo, Praia das Pedrinhas, Itaoca, dentre outros, ainda em

municípios de Magé, Itaboraí, Duque de Caxias, ao longo das margens da Baía de Guanabara, totalizando hoje cerca de 42 pontos, com milhares de pescadores, compondo hoje o que denominamos de metrópole do Rio de Janeiro¹.

Os anos 1960 e 1970, ampliaram os processos de modernização industrial no Rio de Janeiro, com a ampliação do Porto do Rio de Janeiro, criado em 1890, implementado na década de 1910, e ampliado na década de 1930², criação dos distritos industriais de Campo Grande e Santa Cruz (nos anos 1970), criação da REDUC – Refinaria de Duque de Caxias (1968) e finalmente a implementação da Ponte-Rio Niterói e a construção da BR 101 (1975), impactaram as áreas de pesca em várias localidades, retirando comunidades ao longo da costa, proibindo navegação e pesca a cerca de 500 metros de cada empreendimento ou navio, por motivo da legislação de áreas de contenção criado pela Marinha.

No contexto da localidade de pescadores do Caju, desde os anos 1960-1970, veem a ampliação da poluição das águas e a proibição de áreas de navegação e pesca, ocorrido sobretudo com a expansão por águas e por terra da planta fabril da indústria naval e da área portuária. Os números hoje de pescadores que atracam seus barcos nesta localidade tem se reduzido muito, pelo fato de migrarem para outras localidades da baía de Guanabara ou de outras áreas fluminense.

NOVO DESENVOLVIMENTISMO E MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL NA METRÓPOLE E ESPAÇO FLUMINENSE E SEUS IMPACTOS NA VIDA DOS PESCADORES ARTESANAIS A PARTIR DOS ANOS 2000-2014

Depois de um período longo de crise econômica fluminense que atravessou os anos 1980 e 1990, vimos a Baía de Guanabara, localizada na metrópole do Rio de Janeiro, culminar em perda de plantas fabril em vários setores, tais como a indústria naval. Nos fins dos anos 1990, entretanto, novas instalações do setor petrolífero e investimentos públicos no setor naval, além de outros investimentos nos setores de logística, metalurgia e siderurgia, o estado do Rio de Janeiro, passa a atrair investimentos que chegam em volume maior nas décadas 2000-2010. Desse modo, compondo a segunda maior área aglomerada em população e atividades, área de concentração de atividades e de população em um aglomerado urbano, tendo como centro um município maior receptor de modernização, denominado de município-núcleo, em geral, capital do estado. A metrópole do Rio de Janeiro e outros municípios fluminenses (do Norte, Região

dos Lagos e do Sul) experimentam processos de modernização industrial orientados principalmente pelo setor petrolífero, pela indústria naval, pela logística (portos) e por processos de urbanização engendrado pelo capital imobiliário (Silva e Rainha, 2014).

No caso da área metropolitana, a Baía da Guanabara é palco de diferentes usos industriais, residenciais, de eixos viários e de trabalho dos pescadores artesanais. Em meados dos anos 2000 um novo processo de modernização realizado principalmente pela PETROBRAS vem acontecendo na Baía de Guanabara. Entre elas destaca-se: o COMPERJ – complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e o GNL – Terminal de Gás Liquefeito. A construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, no município de Itaboraí, tem com previsão de funcionamento em 2016. Segundo a PETROBRAS, o COMPERJ é o maior investimento individual da história da companhia. Ainda no contexto da reestruturação produtiva da petroquímica na metrópole fluminense, na segunda metade da década de 2000.

Em 2007, iniciou a construção do empreendimento “Instalações do Terminal da Ilha Comprida, Adaptações do Terminal Aquaviário da Ilha Redonda e Dutos de GLP na Baía de Guanabara”, chamado de Projeto GLP, faz parte do Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangas) do Governo Federal. Esse Plano foi criado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), devido à situação instável em que se encontrava o setor de gás nacional, e devido ao objetivo de diminuir os riscos associados ao fornecimento de gás da Bolívia. A grande área de influencia e de produção de dutos, cortando o fundo da Baía de Guanabara e a área continental pelos municípios de Duque de Caxias em direção à REDUC atingindo Magé, Itaboraí, Guapimirim e São Gonçalo. No entanto, os relatórios de impacto ambientais apresentam a localização geográfica dos dutos, por terra e via aquática nos municípios de Magé, que hoje já cortam, por exemplo, o Rio Suruí, passando também por Guapimirim, inclusive na área de proteção ambiental da APA de Guapimirim, por Itaboraí. Este eixo Magé-Guapimirim-Itaboraí é para articular-se estruturalmente ao COMPERJ e aos empreendimentos petrolíferos da Bacia de Campos. E desde o início das obras de instalação tem impactado socialmente e espacialmente. Neste processo de modernização, os pescadores de Magé foram os mais prejudicados porque tiveram de parar, por várias vezes, a atividade de navegação e de pesca nos rios e no litoral, locais das mediações das obras.

Soma-se ainda a ampliação da produção naval voltada à indústria petroquímica, principalmente, destacando a ampliação de plantas fabris em Niterói e São Gonçalo, para a produção de navios, de navios plataformas e de materiais para uso da atividade petrolífera, não

somente para a bacia de campos dos Goytacazes, responsável por que representa, respectivamente, 73% e 43% da produção brasileira da produção de petróleo e gás respectivamente, mas também para o pré-sal, já em funcionamento e tem batido *record* de produção (CODIN, 2014, Melo, 2012, Bernardes, Silva e Arruzzo, 2013; Bernardes e Silva, 2014). A área considerada de produção de petróleo e gás do Pré-sal vai de Cabo Frio até Santa Catarina, acerca de 300km da costa, em águas profundas, mas que gera impactos na região costeira devido principalmente ao uso dos terminais privados e dos portos e a tendência a ampliação do número de carga e de navios, conforme anuncia o EIA e Rima, divulgado pelo IBAMA (2014).

É nesse contexto histórico de mutações sociais e espaciais ligados à industrialização e à urbanização, conformando o território metropolitano do Rio de Janeiro que Baía de Guanabara teve a intensificação de seu uso, consolidando, assim, a expansão intra-metropolitana fluminense nos limites territoriais atuais.

Os parágrafos antecedentes apontaram o processo recente de modernização industrial na metrópole do Rio de Janeiro na vertente da Baía de Guanabara, mas o processo de modernização intensifica-se também na direção da baía de Sepetiba (devido à indústria naval, Indústria petroquímica e a siderurgia e logística, com a instalação do Porto Sudeste (complexo de terminais privados e da Marinha), ampliação do Porto de Itaguaí, criação do arco metropolitana que dá início na via que é entrada para o porto Sudeste (na Ilha da Madeira – Itaguaí) e o Porto de Itaguaí. A ampliação do Distrito Industrial de Santa Cruz, com a chegada da TKCSA, ampliação de Furnas, dentre outras, amplia-se as áreas de contenção a pesca e a navegação na baía de Sepetiba.

Em ambas as baías (Guanabara e Sepetiba) existem milhares de pescadores artesanais e maricultores. Quando apontamos para a compreensão da precarização das forças produtivas da pesca artesanal, lá está também as condições ambientais e as condições de navegação, pesca e moradia. As comunidades de pescadores localizam-se, em geral, em áreas ribeirinhas e litorâneas e com forte pressão da urbanização, que seja, pelo crescimento da favelização, quer seja pelo crescimento das plantas fabris dos grandes empreendimentos. A cada empreendimento reduz-se a área de pesca e de navegação, segundo as normas legais da Marinha do Brasil que controla as área de “contenção de pesca”, a partir das atualizações anuais das cartas náuticas e das legislações marítimas.

CONHECENDO A PESCA ARTESANAL: INSTITUCIONALIZAÇÃO E NORMATIZAÇÃO

Dos pontos de vista do trabalho e da economia, a pesca artesanal é importante posto de trabalho e possui complexo circuito produtivo no Brasil, destacando-se como cadeia produtiva que faz parte de circuito produtivo nacional, em que faz parte também a pesca industrial e a aquicultura. Na pesca artesanal, na maioria das vezes, o trabalhador é dono dos meios de produção: o barco, a rede, os petrechos e a técnica de pescar. Faz parte dos circuitos produtivos, a coleta de pescado e maricultura, o beneficiamento, a venda em atacado e a varejo, a produção de redes, de embarcações, conserto de redes e embarcações. Muito antiga, tem origem nas técnicas indígenas, nas técnicas portuguesas e espanholas de navegar, pescar e produzir redes, produção de embarcações, remontando a atividade aos antecedentes do período colonial. Esta atividade passa por diversas formatações institucionais realizadas pelo Estado. No século XIX, durante o império, a atividade da pesca foi um dos braços da Marinha brasileira no processo de domínio, ocupação e proteção do litoral brasileiro, era considerado trabalho livre na realidade da sociedade escravocrata. (RESENDE, 2010). Na Primeira Constituição Republicana do Brasil, promulgada em 1891, teve notabilidade novamente com a Marinha que foi o primeiro braço institucional do Estado a regionalizar, regulamentar a atividade e a institucionalizar as colônias de pescadores e as federações estaduais de pesca. Em 1919, a Marinha Brasileira cria as “Zonas de Pesca”, núcleos de pescadores levando em conta quantidade e distância em todas as sedes mapeada que já tinham a tradição de ser chamadas de “Colônia de pescadores. Em 1926, a atividade passa para responsabilidade do Ministério da Agricultura e mais recentemente, em 2003, no Governo Lula é criada a Secretaria especial de Pesca e Aquicultura do Governo Federal e, em 2009, depois de um movimento de luta muito forte é institucionalizado o Ministério da Pesca. Desde a implementação da industrialização brasileira, a atividade da pesca também passa por um processo de especialização e de divisão social do trabalho, configurando-se em quatro setores importantes no processo de produção de pescado brasileiro: a pesca industrial, a aquicultura, a pesca amadora e a pesca artesanal.

De acordo com a última Lei de nº 11.959, de 29 de junho de 2009, pesca é toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros. No artigo 4º dessa mesma Lei, a atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos

realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal. Desse modo, conformando o circuito produtivo da pesca, no Artigo 8º, a pesca, para os efeitos dessa Lei, classifica-se como atividade comercial, seguindo dois tipos: a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte e extraíndo no máximo 10 toneladas mensal; e b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados assalariados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial extraíndo mensalmente mais de 10 toneladas.

As embarcações da pesca artesanal também são normatizadas pela Lei no 11.959, são aquelas que, permissionadas e registradas perante as autoridades competentes, na forma da normatização específica. No Parágrafo 3º da citada Lei, para fins creditícios, são considerados instrumentos de trabalho as embarcações, as redes e os demais petrechos e equipamentos utilizados na pesca artesanal, e o parágrafo 4º ressalta que a embarcação utilizada na pesca artesanal, quando não estiver envolvida na atividade pesqueira, poderá transportar as famílias dos pescadores, os produtos da pequena lavoura e da indústria doméstica, observadas as normas da autoridade marítima aplicáveis ao tipo de embarcação. No parágrafo 5º, por sua vez, especifica que é permitida a admissão, em embarcações pesqueiras, de menores a partir de 14 (catorze) anos de idade, na condição de aprendizes de pesca, observadas as legislações trabalhista, previdenciária e de proteção à criança e ao adolescente, bem como as normas da autoridade marítima.

A legislação que regulamenta a pesca artesanal é construída de acordo com a compreensão e os limites da modernização do setor, por isso que a normatização acaba contribuindo para a manutenção da tradição das forças produtivas, das técnicas na pesca artesanal e das condições de trabalho do pescador que remonta as bases mais antigas. Seus trabalhadores e empreendedores, em geral, têm baixa escolaridade, baixa renda e vivem em condições de vulnerabilidade ambiental e de precariedade social. Assim, a pesca artesanal apesar de seu reconhecimento junto ao Estado como atividade econômica e posto de trabalho vive nos limites da formalidade/informalidade, isto deve-se a vários fatores que vale a pena desvelar ao longo dessa pesquisa, tais como: dificuldade de modernizar o setor, dificuldade de acesso às políticas públicas (defeso) e aos financiamentos do PRONAF, dificuldade de infraestrutura de

armazenamento e de abastecimento do pescado e dos frutos do mar, dificuldades de vender no mercado ampliado (atacado). A precibilidade de seu produto e a dificuldade de organizar seu negócio tornam os pescadores frágeis negociantes, por isso, a atividade vive atrelada aos “atravessadores”, ou seja, comerciantes urbanos que adquirem o produto do pescador junto aos mercados atacados que se localizam em pontos estratégicos (áreas de embarque-desembarque (porto do Gradim em São Gonçalo), mercados atacadista e varejistas no Mercado São Pedro, em Niterói, dentre outros), nestes locais, na madrugada, quando chegam do mar os pescadores vendem a esses comerciantes atacadistas que dispõem de caminhões frigoríficos e de logística de distribuição do produto em supermercados, restaurantes e mercados de peixes a varejo.

No que se refere à estrutura da atividade, esta, de caráter familiar e/ou comunitário, ocorre por meio de parceria entre os trabalhadores do barco, ou seja, os parceiros são, em geral, familiares ou com algum grau de parentesco/amizade nos elos da comunidade-vizinhaça; não se tem carteira assinada e as relações de trabalho são de parceria e meeiro.

Apesar da pesca artesanal ser responsável pela grande maioria da produção no mercado fluminense, em particular, atinge mais de 50% da produção, a atividade vem passando por forte processo de crise que tem acelerado sua precarização, apesar do quadro de lutas de seus trabalhadores e de reivindicação junto ao Estado por políticas públicas de trabalho e de estímulo ao desenvolvimento do setor.

Do ponto de vista de sua estruturação, a pesca artesanal tem características diferenciadas de estrutura e de trabalho, tornando-se núcleos bastante dispersos. Tais núcleos (localidades) constituem-se, geralmente, de pequenos aglomerados de pescadores que vivem difusos, principalmente, na área litorânea sem formarem, contudo, um centro de importância econômica regional, que facilitaria o escoamento da produção. Essas localidades utilizam em sua maioria pequenos barcos alguns a remo que denominam de caíque e outros que preferem chamar de pequenos barcos a motores movidos a diesel ou gasolina que são de fácil manutenção e baixo custo. Em sua maioria a atividade artesanal se concentra na pesca da tainha e do camarão, pois possuem um bom valor de mercado e consumidores certos. Mas também se encontra outros barcos especializados na pesca de arrasto (mas conhecidos como traineiras) que retiram do mar tipos de peixes tais como: sardinha, corvinota, corvina, robalo, dourado, entre outros.

ALGUNS ELEMENTOS CONCEITUAIS PARA A REFLEXÃO

Na verdade, em contextos do Século XXI e da mutação implementada pelo pós-fordismo, pós-modernismo e pelo crescimento da flexibilização e da crise sucessivas do capitalismo, reconhece-se cada vez mais a importância das atividades tradicionais como referências de identidade e pertencimento, de trabalho, de economias solidárias, de construção de sociabilidades frente aos problemas de pobreza, por um lado, e às questões de homogeneização da cultura, por outro lado, numa constatação de que o modo de produção capitalista passa cada vez mais a conviver e a necessitar de outras formas de produzir, das diferenças e das diversidades culturais (Silva, 2014^a. 2014b, Harvey, 1996, Ribeiro, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltando aos marcos históricos da pesca e da modernização espacial realizada pelos grandes agentes dominantes da economia e pelo Estado, podemos fazer referência aos períodos de crise para a pesca artesanal em contexto de processo modernização econômica, quer seja no período colônia, quando cria impactos importantes para a pesca da baleia na baía de Guanabara e a forte migração para outras áreas fluminenses, quer seja nos anos 1940-1970, com a expansão do Porto do Rio de Janeiro, a criação da Ponte-Rio Niterói e a indústria naval no Caju, gerando forte migração de pescadores e redução do número dos mesmos nesta localidade, quer seja em contexto mais recentes de desenvolvimento e reestruturação da indústria naval e expansão da indústria petrolífera. No contexto mais recente, realiza-se dois fenômenos: a modernização do interior fluminense (Norte, principalmente, com Porto do Açu e Porto do Furado, impactando os litorais de Barra de São João, Campo dos Goitacazes e Quissamã) e a expansão intrametropolitana, que intensifica os usos dentro dos velhos limites metropolitanos (Silva, Resende e Souza Filho, 2010).

A pesca artesanal faz parte deste contexto de práticas identitárias culturais porque a arte do pescar artesanalmente é passada de geração a geração pela oralidade, tem base comunitária nas relações de sociabilidade e de vizinhança. Além disso, no contexto capitalista e embora constitua atividade primária, com forte crise, é posto de trabalho em contextos metropolitanos, em pleno contexto de desemprego vinculado as camadas de baixa escolaridade³. A economia política, portanto, nos ajuda a compreender as relações sociais e as formas de apropriação do

espaço e dos recursos (humanos, naturais, saberes, etc.). A economia política do território permite identificar a totalidade em que se inscrevem as relações econômicas (as disputa por território, os projetos em disputas, as ações diversas e as práticas do Estado, as articulações que são políticas entre os agentes da escala local, nacional e internacional).

Neste sentido, torna-se urgente a maior visibilidade da atividade econômica e do perfil dos pescadores artesanais em contextos urbano-metropolitanos, principalmente para garantir justiça social e direito ao território, por meio de realização de gestão costeira e monitoramento da pesca, ainda, feito de forma muito precária no estado do Rio de Janeiro.

NOTAS

1 - Incluem os municípios de Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Guapimirim, Rio Bonito, Tanguá, Silva Jardim, Marica, São João de Meriti, Nilópolis, Itaguaí, Mangaratiba, Duque de Caxias, Meriti, Nilópolis, Queimados, Nova Iguaçu e Magé, que mantem grande fluxo de pessoas no deslocamento casa-trabalho e no uso dos equipamentos coletivos de educação, saúde e administração pública.

2 - Os decretos nº 849, de 11 de outubro de 1890, e nº 3.295, de 23 de maio de 1890, autorizaram, respectivamente, à Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil e a The Rio de Janeiro Harbour and Docks, a construção de um conjunto de cais acostáveis, armazéns e alpendres, desde o Arsenal de Marinha até a Ponta do Caju. A inauguração oficial do porto ocorreu em 20 de julho de 1910, com cerca de 3,5 KM, passando a ser administrado por Demart & Cia. (1910), Compagnie du Port de Rio de Janeiro (1911 a 1922) e Companhia Brasileira de Exploração de Portos (1923 a 1933). <http://www.antaq.gov.br/Portal/pdf/Portos/RioJaneiro.pdf>

3 - De fato, do ponto de vista do trabalho, existe uma sazonalidade do trabalho, em determinados períodos quando a pesca esta muito ruim ou em época de defeso os pescadores migram para outras atividades informais, etc.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Renata M. & WIEFELS, Alexandre C. O mercado de pescado da Região metropolitana do Rio de Janeiro – 2010. *INFOPECA – Proyecto Mejoramiento Del acceso a los mercados de productos pesqueros y acuícolas de La Amazonia*. Brasil, Peru e Colômbia. Número especial, 2010. ISSN: 1688-7085.

BERNARDES, Julia Adão, SILVA, Catia A.da. (orgs.). *Modernização e território: entre o passado e o presente do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro : Lamparina, 2014, v.1. p.102.

BERNARDES, Julia Adão, SILVA, Catia A.da. ARRUZZO, R. C. (orgs.). *Espaço e Energia: mudanças no paradigma suroenergético*. Rio de Janeiro : Lamparina, 2013, v.1. p.220.

BRAUDEL, Fernand. *Écrits sur L'Historie*. Paris: Flammarion. 1969.

BRITO, Raquel Soeiro de. *Agricultores e pescadores portugueses na cidade do Rio de Janeiro*. Lisboa:

Editora Lisboa Junta de Investigação do Ultramar, 1960.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, C.F.S. e VAINFAS, R. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, Cap. 2.

CERTEAU, M. de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 2007. 2ª edição. Parte III. Os sistemas do sentido: o escrito e o oral; Cap. VII, Uma variante: a edificação hagio-gráfica, pp. 266 a 278.

CODIN. *Setores de negócio: Petróleo e Gás*.

<http://www.codin.rj.gov.br/Paginas/SetoresNegocio/SetorPetroleoGas.aspx>. <disponível abril de 2014>.

DIAS, Camila Baptista. *A pesca da baleia no Brasil colonial: contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GEERTZ, C. *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*. New York: Basic Books, 1973, p. 14.

HAESBAERT, Rogerio. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 2ª Ed., 395p.

HARVEY, David. *Justice, nature and the Geography of difference*. New York: Oxford, 1996.

IBAMA/PETROBRAS. *EIA PRÉ-SAL PETRÓLEO E GÁS*.

<http://licenciamento.ibama.gov.br/Petroleo/Atividade%20de%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20e%20Escoamento%20de%20Petr%C3%B3leo%20e%20G%C3%A1s%20Natural%20do%20Polo%20Pr%C3%A9-Sal%20da%20Bacia%20de%20Santos%20-%20Etapa%202/>, <disponível abril de 2014>.

IANNI, Otacvio. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IBAMA/PETROBRAS. *RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA PRÉ-SAL PETRÓLEO E GÁS*. <http://licenciamento.ibama.gov.br/Petroleo/Atividade%20de%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20e%20Escoamento%20de%20Petr%C3%B3leo%20e%20G%C3%A1s%20Natural%20do%20Polo%20Pr%C3%A9-Sal%20da%20Bacia%20de%20Santos%20-%20Etapa%202/RIMA%20-%20ETAPA%202%20DO%20PR%C3%A9-SAL.pdf>, <disponível abril de 2014>.

LATOUCHE, Serge. *A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária*. Petrópolis: Vozes, 2ª. Edição, 1996.

LATOUCHE, Serge. *Survivre au développement: De la décolonisation de l'imaginaire économique à la construction d'une société alternative*. Paris: Mille et Une Nuits, 2004.

MELO, Ekleibe Bento de. *O Avanço recente da indústria naval e seus impactos socioespaciais no bairro Ilha da Conceição - Niterói*. Monografia de Curso de graduação (Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

PETROBRAS; MINERA. *Relatório Instalação do Terminal Aquaviário da Ilha Comprida, Adaptações*

do Terminal Aquaviário da Ilha Redonda e Dutos de GLP na Baía de Guanabara. Rio de Janeiro: PETROBRAS, 2007. .

RATZEL, Friedrich. Anthropogeographie. *Encyclopædia Britannica*. . Encyclopædia Britannica Online. 09 Dec. 1990

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, j. (org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. pp. 15-38.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e Humanismo concreto: O mercado socialmente necessário, in Ribeiro et al. *Formas em crise: Utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Editora Arquimedes, 2005, p.93-111.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Outros territórios, outros mapas. RIBEIRO, Ana Clara Torres Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço- Volume 5 - autoria: Ana Clara Torres Ribeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, v.5. p.329 Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço- Volume 5 - autoria: Ana Clara Torres Ribeiro. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2013, v.5. p.201-212.

SANTOS, Milton et. al. *O papel ativo da Geografia: Manifesto*. XII Encontro Nacional de Geógrafos, Florianópolis, Julho de 2000. 18p.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308p.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

SILVA, Catia A.da (orgs.) *Pensamento vivo e humanismo concreto em Ana Clara Torres Ribeiro*. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2014a, v.1. p.79.

SILVA, Catia A.da (orgs.). *Pesca artesanal e a produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica*. Rio de Janeiro : Consequência, 2014b p.171.

SILVA, Catia A. da, RESENDE, Alberto T., SOUZA FILHO, Antonio M. *Projetos de modernização, Território Usado e Metrôpole do Rio de Janeiro: Tendências da reestruturação produtiva na Baía de Guanabara e seus impactos junto aos trabalhadores da pesca artesanal – desafios para a gestão urbana*. Anais do XI Encuentro Internacional de Geocrítica. Buenos Aires. www.ub.es/geocrit. 2010. 15p.

THOMPSON. E. P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras. 1995, p. 153-199.

WEINSTEIN, Barbara. 'História sem causa?' A nova história cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial. *História*. SP: UNESP, v.22, no.2, 2003.